

**JORNALISMO EM MOCAMBIQUE HOJE:**  
**Uma Avaliação Crítica numa Perspectiva Académica**

Por José Jaime Macuane<sup>1</sup>  
E  
Obede Suarte Baloi<sup>2</sup>

Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS)  
Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Maio de 2001

---

<sup>1</sup>Cientista Político, Docente da UFICS /Universidade Eduardo Mondlane

<sup>2</sup>Sociólogo, Docente da UFICS/Universidade Eduardo Mondlane



*Knowledge will forever govern ignorance: And people who mean to be their own Governors, must arm themselves with power which knowledge gives. A popular Government, without popular information, or the means of acquiring it, is but a Prologue to Farce or Tragedy, or, perhaps, both.*

**James Madison**<sup>1</sup>

Uma das questões proeminentes das sociedades contemporâneas é como os cidadãos podem participar de forma consciente e sistemática nas decisões que afectam as suas vidas. O ponto fulcral neste aspecto é saber que condições existem para que o cidadão comum de facto possa ter elementos que o permitam fazer escolhas conscientes, e contribua de forma substancial na produção das decisões que o afectam directa e indirectamente.

No caso dos sistemas democráticos, que pressupõem uma participação efectiva dos cidadãos, estudiosos como Lupia e McCubbins (1998) apontam para a existência do que chamam *dilema democrático*. Ou seja, ao mesmo tempo que se espera que os cidadãos tenham maior protagonismo na tomada de decisões, eles muitas vezes não podem fazê-lo, seja por falta de conhecimento, seja por falta de informação.

O argumento fundamental dos autores é o de que as pessoas tem falta de informação política<sup>2</sup> e essa lacuna poderá fazer com que pessoas de “designios sinistros” enganem os mal informados. Porém, os mesmos autores argumentam que a democracia não precisa sucumbir a essas ameaças, uma vez que os cidadãos podem encontrar várias formas de contornar essa situação.

Por exemplo, os cidadãos podem : a) basear as suas decisões em pouca informação; b) podem substituir a informação que não tem pelos conselhos de outros; c) confiar nos conselhos dos outros envolve um *tradeoff*, porque embora diminua os custos de adquirir informação (ou conhecimento), também introduz a possibilidade de decepção; e d)ironicamente, a informação em si, seja política ou de outra índole, não é escassa; o que escasseia são os recursos cognitivos<sup>3</sup> que a pessoa usa para processar essa informação. Por exemplo, a informação aparece nos meios de comunicação, em amigos, em colegas, mas falta de tempo para processá-la.

Ainda no âmbito da discussão sobre obtenção da informação/conhecimento pelo cidadão para a tomada de decisões conscientes, Lupia e McCubbins indicam duas maneiras disponíveis ao indivíduo: através da experiência pessoal, onde experiências do passado servem de base para decisões futuras.

---

<sup>1</sup>Esta é uma citação presente em Lupia e McCubbins(1998), que por sua vez citaram de outro autor. A despeito de ser uma citação em terceira mão, a sua adequação ao que pretendemos discutir aqui é inquestionável.

<sup>2</sup>Evidentemente essa lacuna pode ser estendida a outras áreas da vida social que envolvem escolhas/decisões colectivas ou individuais

<sup>3</sup>E evidentemente também recursos materiais.

A segunda é a partir do aprendizado pelos outros, onde os indivíduos substituem a experiência pessoal que lhes falta pela observação do passado dos outros.

Em muitos sistemas políticos, apenas a segunda opção está disponível, no sentido de que as decisões são tomadas com base na experiência pessoal e dos outros. Ou seja: a decisão razoável implica aprender dos outros. Esses “outros” podem ser os líderes de opinião, os partidos, os eventos de campanhas (políticas ou publicitárias) e os meios de comunicação.

Porém, ainda segundo os autores, aprender dos outros pode levar a três resultados possíveis: a) ao esclarecimento – quando a informação torna o indivíduo esclarecido e capaz de tomar decisões razoáveis; b) a decepção – quando a informação recebida reduz a capacidade de prever de forma eficiente as consequências das ações; c) não aprender – quando a informação recebida não muda as crenças do indivíduo.

Neste trabalho, o nosso foco será o papel da informação, os processos, actores e os meios que difundem a mesma, e permitem que os cidadãos possam adquiri-la, e desta forma participarem de forma consciente na tomada de decisões sobre assuntos que afectem a sua vida.

A nossa principal questão é saber que papel a informação e/ou comunicação social tem no actual estágio do processo político em Moçambique, caracterizado pela pluridade política e de fontes de informação. Poder-se-á dizer que os meios de comunicação social e os profissionais da área tem contribuído para a resolução do *dilema democrático*? Será que o jornalismo praticado em Moçambique neste contexto democrático tem contribuído para a formação de um cidadão informado, e que possa participar das decisões, de forma consciente? Estas e outras questões serão tratadas neste trabalho.

Comunicação, meios de comunicação, informação, discurso e impacto social: uma breve reflexão.

Nas definições genéricas <sup>3</sup>da comunicação, cinco factores são fundamentalmente características deste processo: a) a existência de um emissor; b) a existência de um receptor; c) a existência de um meio ou veículo; d) a existência de uma mensagem; e) a existência de um efeito. De acordo com essas definições, a comunicação seria então um processo pelo qual o emissor envia uma mensagem para um receptor, por meio de um veículo, que produz efeito.

Há um certo consenso de que a mensagem de certa forma envolve a capacidade de o veículo poder influenciar na alteração do comportamento do receptor, e às vezes do emissor, em relação a muitos fenómenos fora dele mesmo. O que ocorre, portanto, no processo de comunicação, é a existência de signos e símbolos contendo significados, e que para servirem de elementos efectivos da comunicação devem ser compartilhados pelo emissor e pelo receptor. Dito de forma mais directa, dois indivíduos só se podem comunicar se cada se identificar com a situação do outro, explicitada pelos sinais e símbolos. Portanto, o processo de comunicação é essencialmente um processo de *significados compartilhados* (DCS).

---

<sup>3</sup>Dicionário de Ciências Sociais

No que concerne à comunicação de massa, que é aquela que se dirige a um vasto público, através das técnicas de transmissão de som e imagem (televisão cinema, jornal, revistas, rádio, etc.) dois aspectos são fundamentais à análise do seu funcionamento.

A primeira tem a ver com a instrumentação técnica, a sua organização e o conteúdo do material transmitido. A segunda é relativa às consequências sociais da comunicação de massa, nomeadamente o seu impacto na estrutura e processos sociais e seus efeitos psicológicos colectivos e individuais. Este aspecto é o principal foco das ciências sociais, e conseqüentemente também será o nosso, sem deixarmos de dialogar com aspectos técnicos do processo comunicativo, uma vez que acreditamos não serem os dois aspectos categorias estanques.

Relativamente à abordagem das ciências sociais sobre a comunicação de massa, pode-se destacar três aspectos cruciais:

A comunicação de massa como instituição social – aqui o foco do estudo é na sua organização, controle social, seu lugar e funções na estrutura social e sua relação com o poder político;

As condições de eficácia das comunicações de massa – a análise neste aspecto gira em torno da selecção dos canais de comunicação, na natureza das mensagens, na auto-selecção dos públicos, natureza da atenção prestada por esses públicos, e relações com a estrutura dos grupos em que se projecta a predisposição destes em relação à comunicação de massa; e

A natureza e evidencia dos efeitos da comunicação de massa – onde se analisa o que a comunicação de massa produz nos indivíduos, e em que medida influi na mudança social ou na sua ausência.

No âmbito dos pontos levantados acima, os meios de comunicação de massa estão intimamente ligados à informação, que vem a ser o meio pelo qual a comunicação de massa atinge os objectivos a ela inerentes. Portanto, a informação tem um sentido inerentemente teleológico, uma vez que ela existe em função de um objectivo: informar, tornar o indivíduo menos ignorante em relação a certos aspectos da realidade, ou simplesmente transmitir sentido. Por conseguinte, a informação como instrumento da comunicação só atinge o seu objectivo quando transmite algum sentido, uma vez que *uma mensagem sem sentido não transmite informação, porque não reduz a incerteza ou ignorância do receptor* (DCS).

A origem da informação é também um aspecto fundamental na comunicação, uma vez que a sua proveniência está intimamente ligada ao sentido que ela pretende transmitir. Neste quesito, pode-se distinguir as seguintes fontes de informação (DCS):

*Oficial*, quando emana dos órgãos públicos; ou *oficiosa* quando nasce de grupos privados;

*Formal ou informal*, conforme o uso de meios mais tradicionais (imprensa, radio, televisão, cinema, etc.); ou canais mais específicos (confidencias, boatos, etc.);

*Clandestina*, quando se divulga infringindo uma proibição oficial; *confidencial*, quando se oferece condicionada à sua não divulgação ; e

*Oral, escrita, visual ou cifrada*, conforme o canal que a transmite.

A informação também pode ser analisada de acordo com a sua periodicidade, podendo ser classificada, de forma simplista, em *quotidiana e não quotidiana*. A informação quotidiana é a que mais nos interessa nesta análise, e as suas características são a publicidade, a actualidade, o interesse geral, a universalidade e a periodicidade.

A informação quotidiana tem como objecto a satisfação de uma necessidade humana, qual seja, o direito fundamental à informação.

Portanto, dependendo das fontes e das características temporais da informação, ela é susceptível de criar certos sentidos e gerar determinados efeitos.

Assim, para Miguel (1999), ao analisar o papel dos *media* nos processos eleitorais, a *mídia informativa é especialmente importante, já que ela se torna – de maneira directa ou indirecta – uma fonte essencial de fornecimento dos recursos cognitivos de que os eleitores dispõem antes de fazerem as suas escolhas. Assim, aquilo que os meios de informação veiculam ou deixam de veicular é significativo do ponto de vista da percepção da realidade social que está disponível para os consumidores.*

A criação de sentidos por parte da informação veiculada pelos meios de comunicação envolve também um processo selectivo, no qual alguns elementos concorrem, tais como os *frames*, o discurso, o comportamento dos jornalistas e questões de índole político-económica.

Os *frames* são as formas narrativas dentro das quais a notícia é elaborada, e consistem em convenções do que pode ou não, ser dito, e tornam a compreensão das mensagens mais fácil, uma vez que se adequam à realidade social vigente (Gitlin, 1982; Wolfsfeld, 1993).

As formas também influem no discurso veiculado pelos meios de comunicação, conferindo-lhes estrutura e influenciando os significados que transmitem às audiências externas. Neste âmbito, os meios de comunicação podem sedimentar relações sociais por meio de um discurso que universaliza projectos em torno de *significantes vazios* (Carvalho, 2000). Assim, significados como democracia, unidade nacional, liberdade de imprensa, podem ser veiculados de forma vaga e divorciada de um sentido que remeta à sua complexidade, isso para se ajustar a formas de narrativa predominantes em certos contextos sócio-políticos e até económicos.

No que tange ao discurso, Carvalho (2000, recorrendo a Guha, 1988), distingue três categorias amplas das estruturas narrativas: os discursos *primário, secundário e terciário*.

Segundo a autora, o discurso primário é aquele que pretende ser neutro, indicativo e, sem excepção, procura ter um carácter oficial. Apesar das suas várias formas, o *discurso primário* é usado essencialmente na produção e circulação de informações contingentes às razões do poder dominante. O discurso é organizado de forma desideologizante, como se este espelhasse um mundo natural e inocente.

Por sua vez, o *discurso secundário* é mais subjectivo e, por ter comentários, é conseqüentemente polissêmico (encerra em si muitos sentidos). No discurso secundário, o narrador está fora do evento, explicando-o.

Finalmente, o *discurso terciário* está mais ligado a proclamações oposicionistas, é distanciado dos eventos, mas estes são explorados como temas de terceira pessoa.

Ainda segundo Carvalho, os três discursos são inseparáveis em discursos concretos. *Enquanto o discurso primário produz uma ilusão de verdade que consolida um sistema de diferenças, o discurso secundário adota uma lógica que reorganiza o discurso na forma de significantes vazios. Finalmente, o discurso terciário é constituído por termos oposicionistas de actores excluídos, que tem como objectivo transgredir o sistema discursivo primário de diferenças através da sua negação.*

No que tange a jornalistas, a principal questão que se coloca é como eles podem conseguir, ao mesmo tempo, conciliar a sua qualidade de *porta-vozes credíveis da vida real* (Zelizer, 1992) com a condição de cidadãos, e portanto com direito a opinião e transmissão de mensagens que criam sentidos que possam servir os seus interesses de actores sociais relevantes.

Finalmente, no que tange à questões económicas, Miguel (1999) afirma que *o comportamento dos média em geral, e do jornalismo em particular, sobre influencias distintas, dentre elas as pressões do mercado, a estrutura de propriedade das empresas e a forma de produção industrial de notícia, além da origem social e da socialização educacional e profissional comum dos jornalistas.*

Portanto, a produção de significados, a construção dos discursos, o processo de produção da informação e os constrangimentos que o mesmo sofre, o posicionamento dos jornalistas e os efeitos na sociedade dos meios de comunicação em Moçambique é o que pretendemos analisar neste trabalho.

A questão fundamental é se o jornalismo praticado em Moçambique contribui ou não, para a resolução do *dilema democrático*, e na construção de significados sociais, ajudando na existência de cidadãos informados e que possam participar de forma efectiva no processo de tomada de decisões.

A nosso ver, isso passa fundamentalmente por:

um posicionamento crítico dos profissionais de comunicação em relação ao contexto em que se produz a informação;

a capacidade de identificação dos significados ocultos nos discursos;

e a coragem *ética* de assumir a adesão a certas estruturas narrativas, o que pressupõe um distanciamento de formas de manipulação, que podem gerar a *decepção* (definida acima) no cidadão;

a coragem cívica de romper com as *formas* de narrativa que contribuam para a preponderância de *significantes vazios* que se divorciam da realidade objectiva e se eximem de discutir a

complexidade da realidade social, bem como aquelas comprometidas com a sedimentação de significados e estruturas sociais excludentes.

Vejamos como o jornalismo em Moçambique tem saído responder a esses desafios nestes primeiros anos de pluralidade política e de fontes de informação. O nosso foco será a análise de alguns jornais – *Diário de Moçambique, Domingo, Savana, Notícias, Metical e Mediafax*- de edições tomadas de forma aleatória, e assistência e auscultação de programas e noticiários das televisões e rádios existentes. Com base nestes meios de comunicação, tentaremos descortinar como o discurso e a construção de significados se processam. Os elementos de análise serão os tipos de discurso, como as fontes são usadas, e como são construídos significados em torno de questões importantes. De forma subsidiária, veremos como as condições existentes contribuem para o tipo de jornalismo praticado e quais os problemas e prováveis saídas.

### O Jornalismo em Moçambique hoje

O momento de pluralidade política e de informação que existe em Moçambique hoje de certeza contribui significativamente para a melhoria da informação fornecida ao cidadão. Contudo, a despeito da possibilidade de escolha dos veículos e fontes de informação por parte do cidadão, algumas lacunas podem ser apontadas no que concerne ao papel social e político dos meios de comunicação no país. Vejamos como isso ocorre, tomando como base o discurso, a construção de significados, as fontes de informação e os canais pelos quais a informação é veiculada.

### Discurso

No que toca ao discurso, nota-se uma segmentação, no seio dos meios de comunicação, na forma como a informação é apresentada. Isto é, a informação chega ao cidadão de forma fragmentada, uma vez que cada órgão de informação tem a tendência de vocalizar o posicionamento de certos grupos sociais em detrimento de outros.

Como exemplo, nota-se claramente uma recorrência a fontes e visões oficiais (um pendor ao discurso primário), mesclada com opiniões (discurso secundário), que reforçam o discurso dominante na representação da realidade por jornais com uma história mais ligada às instâncias de poder. Para ilustrar isso, uma notícia veiculada na primeira página do jornal "*Notícias*" de 2 de Maio de 2001, intitulada *Começa o julgamento do "caso Montepuez"*, inicia com a seguinte frase: "Começa esta manhã o julgamento dos *cabecilhas* (grifo nosso) da manifestação sangrenta promovida pela Renamo-EU..."

O mesmo processo ocorre nos jornais *mais independentes*, onde o discurso mescla a vocalização dos grupos excluídos das esferas do poder (oposicionistas) reforçado com uma carga opinativa. O exemplo disso são as matérias sobre o sector do caju e sobre a atuação da polícia na repressão aos frequentadores de barracas, veiculadas pelo Jornal *Savana* em 27 de Abril.

Portanto, há uma clara tendência à segmentação da representação da realidade nos meios de comunicação, uma vez as linhas editoriais de muitos órgãos de informação estarem consideravelmente enviesadas. O jornalismo praticado em Moçambique, tomando como exemplo o mundo político, ainda não conseguiu criar uma informação que de voz, de forma equilibrada, aos actores intervenientes no processo. Na verdade, o seu enviesamento não pode ser visto como negativo, o que falta para o cidadão, a exemplo de meios de comunicação de alguns países, é



saber de forma explícita qual é a linha editorial dos veículos de informação que ele usa. Portanto, neste ponto, a questão é essencialmente ética, uma vez que o cidadão deveria ter a possibilidade de saber quais são os objectivos da informação que ele consome, de forma a saber decifrar os significados ocultos nas mensagens que até ele chegam.

### Construção de Significados

O Jornalismo moçambicano também tem sido presa fácil de discursos que ajudam a promover significantes vazios. Por exemplo, é recorrente a difusão de expressões como *parceria inteligente*, *unidade nacional*, *agenda nacional*, *democracia*, *descentralização*, sem a devida reflexão das implicações e das complexidades que essas categorias encerram.

Ao aderir a discursos permeados por significantes vazios, o jornalismo moçambicano contribui, consciente ou inconscientemente, na sedimentação de estruturas sociais políticas e económicas que, mesmo desfavoráveis ao cidadão, este não tem a capacidade de descobrir os seus reais significados e desta forma tentar promover a mudança social.

### A questão do uso das fontes

O uso das fontes de informação é um problema presente no jornalismo moçambicano. É certo que em certos casos os meios de comunicação devem garantir o anonimato das fontes de informação, mas parece-nos haver um certo exagero em relação à *invisibilidade* ou possibilidade de identificação das fontes, principalmente quando se trata de um jornalismo mais investigativo. Mas a identificação das fontes de informação consumida é um elemento muito importante, porque dela deriva a possibilidade de o leitor analisar até que ponto a fonte é ou não é idónea.

Um exemplo sintomático deste aspecto, ao qual o *Domingo* fez referência na última página da sua edição de 1 de Abril de 2001, é uma suposta detenção de Nhimpine Chissano, filho do Presidente da República, Joaquim Chissano, na África do Sul. Sem entrar no mérito da questão, a compreensão dos factos expostos nesta notícia ficou turvada pela pouca possibilidade de identificabilidade das fontes.

O problema não pára por aí; é recorrente na imprensa moçambicana a existência de expressões como : *segundo fontes próximas do assunto...fontes fidedignas, segundo soubemos de fontes ligadas a esta questão...* expressões essas que muitas vezes obscurecem e tornam frágil a fiabilidade da informação dada. Talvez com a batalha que os jornalistas começaram a travar, pela adoção de uma lei que permita maior acesso à informação junto de órgãos relevantes da Administração Pública, essa lacuna seja superada.

### Canais de Informação

A questão dos canais de informação é fundamentalmente um problema de índole técnica e sócio-económica. É largamente sabido que os índices de alfabetização no país são baixos; isso limita sobremaneira o acesso à informação escrita por parte de muitos cidadãos. Some-se a isso o facto

de outros meios, como a televisão, terem um alcance meramente urbano, num país que tem a maior parte da sua população a viver nas zonas rurais. O que sobra a essa maioria é a rádio, cujo acesso também é estrangido por questões de índole económica. Por conseguinte, o acesso à informação no país continua difícil e, quando, excepcionalmente, se torna possível, é permeado de muitas limitações.

Como exemplo, podemos ver a programação da televisão estatal, a TVM, na qual o país situado fora dos círculos urbanos é ainda pouco presente. Isto leva à existência de uma grande parte dos cidadãos (será que assim podem ser chamados, nessa situação?) sem acesso à informação. Como esperar que esses moçambicanos possam participar de forma efectiva na tomada de decisões sobre a vida do País?

### Reflexões finais

Um dos poucos aspectos que pode levar à caracterização de Moçambique como um sistema democrático hoje em dia é a liberdade de imprensa. Há que louvar o protagonismo, e às vezes, coragem, dos jornalistas na construção de um regime político democrático. Em vários momentos, os jornalistas tomaram a vanguarda da crítica social, em momentos que os intelectuais do mundo académico, devido a seus compromissos e por várias razões, furtaram-se a desempenhar o seu papel inerentemente crítico. Porém, o jornalismo em particular e a comunicação social em geral não estão livres de críticas.

Acima, fizemos menção a alguns aspectos que atribulam a missão dos jornalistas, na sua qualidade de agentes que levam a informação aos cidadãos, de modo a poderem participar de forma consciente nas decisões tomadas na sociedade. Mas que causas estariam por detrás dessas lacunas e que soluções podem ser apontadas?

A nosso ver, e sem nenhuma originalidade nesta constatação, os problemas são de dois tipos: O primeiro tem a ver com as condições económicas da comunicação social, que impedem a criação de condições técnicas para a existência de uma comunicação social que possa chegar à maior parte dos cidadãos e desta forma possibilitar o acesso à informação por parte destes últimos.

O segundo aspecto é inerentemente de formação do próprio jornalista, uma questão, aliás, apontada no "Estudo sobre o Jornalismo em Moçambique", preparado pelo Professor Mogeckwo (2000) para o Projecto dos *Media* da UNESCO/PNUD.

No que toca fundamentalmente à formação, a principal lacuna que se nota não é apenas nos aspectos formais da própria função de jornalista (apontados no relatório acima referido), mas é também na formação que possa permitir ao jornalista possuir um instrumento crítico em relação à sua função.

Com isto queremos dizer que não basta ao jornalista reproduzir os factos e fazer com que eles cheguem ao vasto público. Como agente de informação, que participa na criação de significados e com isso um dos impulsionadores da mudança social, o jornalista deve ter um instrumental académico que lhe permita reflectir sobre os significados ocultos na informação que difunde, e tentar descobrir as intenções subjectivas que possam estar veladas. Isso não quer dizer que os jornalistas não sejam conscientes da existência dessas intenções subjectivas, o que falta é a explicação dessa percepção ao vasto público e dos objectivos que cada órgão da comunicação social ou jornalista quer atingir no processo de comunicação e produção de informação.

Falta, por conseguinte, um jornalismo inerentemente *auto-reflexivo*, que possa reflectir continuamente sobre a sua função de informar e produzir significados; ao mesmo tempo *ético*, no sentido de que explicita os seus reais objectivos na arena social, política e económica.

Estas lacunas podem ser resolvidas com uma educação dos jornalistas que leve em conta uma formação técnico-profissional sólida, e em outras ciências que lhe forneçam um instrumental para a reflexão do jornalista como indivíduo integrante de uma estrutura social, e com um papel preponderante e específico na mesma.

Só desta forma a comunicação social e os jornalistas deixarão de ser parte do dilema democrático, para se tornarem actores preponderantes na solução do mesmo, contribuindo para a existência de cidadãos informados e que possam participar **activamente nas decisões da sociedade.**

### **Referencias bibliográficas.**

CARVALHO, Fátima L. (2000) “Continuidade e Inovação: conservadorismo e política da comunicação social no Brasil”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 15/43, in [WWW.scielo.br](http://WWW.scielo.br).

DCS – Dicionário de Ciências Sociais (1987), Verbetes: *comunicação, comunicação de massa, informação, informação quotidiana*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GITLI, Todd (1980), *The Whole World Is Watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. University of Califórnia Press.

LUPIA, Arthur e McCUBBINS, Mathew (1980), *The Democratic Dilemma: Can Citizens Learn What They Need to Know?* New York, Cambridge University Press.

MIGUEL, Luís F. (1999): “Media e Eleições: a Campanha de 1998 na Rede Globo” . Dados, vol. 42/2 . In [WWW.scielo.br](http://WWW.scielo.br).

MOGWEKU, Matt e NAMBURETE, Eduardo (2000), *Review of Journalism and Communication Education and Training in Mozambique*. Report for UNESCO/UNDP Media Development Project, Maputo.

SCHUDSON, Michael (1982): “Framing Political Conflict”. In Akiba Cohen & Gadi Wolfsfeld (eds). *Framing Intifada, People and Media*. Norwood, Ablex.

ZELIZER, Barbie (1992), *Covering the Body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. The University of Chicago Press.